

COLIGAÇÃO “OS SONHOS PODEM GOVERNAR”

Partido Socialismo e Liberdade **PSOL** e **PCB** Partido Comunista Brasileiro

LUIZA ERUNDINA Prefeita

IVAN VALENTE Vice

PROGRAMA

DE

GOVERNO

**Eleição para a Prefeitura do Município de São Paulo
2016**

O PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e PCB – Partido Comunista Brasileiro reunidos sob a Coligação “Os Sonhos Podem Governar”, em cumprimento às exigências da legislação eleitoral (Lei Federal nº 9.504, de 1997), lançam como candidatos a Prefeita e Vice-Prefeito do Município de São Paulo, respectivamente, Luiza Erundina de Sousa e Ivan Valente e apresentam o seu Programa de Governo para a Cidade de São Paulo.

A presente versão do Programa de Governo contém as diretrizes fundamentais de governo, a partir das quais estruturamos nossas propostas para as “áreas temáticas”, diretrizes essas que expressam os principais valores políticos que permearão nossas ações relativas às áreas temáticas específicas.

Este Programa não pretende pormenorizar ou esgotar o conjunto de medidas necessárias às mudanças que a Cidade de São Paulo reclama. Aliás, os temas abordados não esgotam a competência da Prefeitura Municipal de São Paulo e muito menos são fórmulas prontas e fechadas com vistas ao atendimento aos direitos e necessidades da população. Ao contrário, este não é um Programa acabado, por isso vamos continuar recebendo contribuições e introduzindo modificações que se mostrarem necessárias, ao longo do processo eleitoral e na futura gestão, quando manteremos permanente diálogo interativo com a população paulistana.

Vale esclarecer que diferentes grupos – reunindo pessoas ligadas aos partidos aliados e aos movimentos sociais – têm, democraticamente, debatido e consolidado propostas que compõem este Programa de Governo.

Assim, nossa Coligação reafirma sua disposição de enfrentar os principais problemas vividos pela Cidade de São Paulo, metrópole marcada por contradições agudas, decorrentes da concentração de riqueza e pobreza no mesmo espaço urbano, fato que exige o desempenho de um novo papel por parte do poder público municipal.

Ao sonhar o sonho de que outra cidade é possível, a Coligação “Os Sonhos Podem Governar” inspira-se no pensamento de Eduardo Galeano: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Apresentamos, pois, ao povo da cidade São Paulo, neste Programa de Governo da Coligação “Os Sonhos Podem Governar” às eleições municipais de 2016, as diretrizes fundamentais da nossa proposta.

Antes, é oportuno tecermos algumas considerações sobre o contexto político no qual as próximas eleições vão ocorrer e que são a base sobre o qual nossas diretrizes se sustentam.

A ação política dos integrantes da Coligação “Os Sonhos Podem Governar” foi marcada, recentemente, por uma oposição programática e de esquerda ao governo Dilma Rousseff. Combatemos suas políticas regressivas e questionamos as concessões feitas ao grande capital. No momento atual, em face da crise econômica e política, do ajuste fiscal e da retirada de direitos, enfrentamos o governo interino, sem legitimidade e que se mantém afastado dos reais anseios da maioria da população brasileira.

A Coligação “Os Sonhos Podem Governar” se apresenta ao pleito eleitoral de 2016 numa conjuntura política singular, que suscita profundas preocupações. Passados 27 anos da promulgação da Constituição Federal e sete eleições diretas para a Presidência da República, nas quais PT ou PSDB sempre estiveram no segundo turno, a luta fratricida pelo poder, travada entre essas duas forças políticas, levou o país a uma das maiores crises da sua História, cujos efeitos nas esferas ética, econômica e política ainda estão por ser avaliados.

Os erros do governo anterior na condução da macroeconomia, somados ao empenho de grandes agentes financeiros na sua derrubada, comprometeram severamente o crescimento econômico e fomentaram a inflação e o desemprego, atingindo frontalmente as contas públicas e comprometendo direitos da maioria da população, especialmente dos segmentos mais vulneráveis e dependentes da ação do poder público.

A Cidade de São Paulo, por exemplo, sofreu fortes impactos da crise do país e viu as condições de vida de boa parte da população se deteriorar, gerando conflito entre o aumento da demanda por serviços públicos e queda da arrecadação e, conseqüentemente, do investimento público municipal. Conflito que exige decisões corajosas, ações inovadoras, amparadas pela vontade popular.

É necessário assinalar que as diretrizes fundamentais, expostas a seguir, resultam de amplos debates em inúmeras reuniões, rodas de conversa e ciclos temáticos, envolvendo os

pré-candidatos a Prefeito, Vice-prefeito e Vereador, militantes partidários e simpatizantes. A linha mestra desses encontros preparatórios foi a análise da realidade nacional e seu impacto sobre o Município de São Paulo; a situação atual da cidade; problemas e possíveis soluções; e a elaboração de um projeto inovador de governo com vistas à construção de uma sociedade justa, democrática e em equilíbrio com a natureza.

A Coligação “Os Sonhos Podem Governar” tem o propósito de romper com a velha prática política, marcada por autoritarismo, centralismo e fisiologismo, e substituí-la por uma ação orientada pelo exercício da democracia participativa, que priorize a participação popular e pratique o diálogo permanente com coletivos e movimentos sociais, comunidades, sindicatos e cidadãos em geral como parceiros de um projeto comum de cidade. Nossa gestão no Município de São Paulo conferirá efetividade ao princípio da democracia direta e participativa, em consonância com o que determinam a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de São Paulo. Dessa forma, será assegurada a efetiva participação social na definição das políticas públicas; o fortalecimento dos conselhos; e a manutenção de um canal aberto de comunicação permanente com a sociedade paulistana.

Portanto, atuaremos com vistas à construção de uma sociedade renovada, livre, democrática e comprometida com um ambiente ecologicamente equilibrado, combatendo a opressão e a exploração das pessoas e da natureza. Nossa gestão se preocupará, portanto, com a preservação de todas as formas de vida e em colocar o “bem viver” acima dos interesses privados.

Os pressupostos das diretrizes fundamentais do Programa de Governo se fundam no grau de desenvolvimento econômico e social da Cidade de São Paulo. A metrópole é capaz de gerar riquezas que devem ser equanimemente compartilhadas entre os munícipes. O potencial e o porte da capital paulista podem ajudar aos seus habitantes a mitigar os efeitos da crise que o país atravessa, tornando a cidade protagonista da construção das melhores práticas políticas e econômicas.

A sociedade paulistana indaga sobre que meios a Cidade de São Paulo precisa para desenvolver atividades econômicas, no sentido da geração de trabalho e renda e melhoria da vida da população.

Não temos fórmulas mágicas, mas sugerimos propostas que se baseiam em diretrizes que definem os compromissos do futuro governo, a saber: gestão democrática e protagonismo popular; inversão de prioridades políticas e orçamentárias; e respeito aos direitos humanos. Essas diretrizes apontam para a perspectiva de fazer de São Paulo a “Cidade das Pessoas”.

Trata-se, ademais, de descentralizar e potencializar os recursos públicos da Prefeitura Municipal, o que significa defender que a distribuição de recursos para as regiões da cidade, e a transferência desses para as subprefeituras precisa ser aperfeiçoada, de modo que a partilha contemple, prioritariamente, os mais carentes, com mais dificuldade para obter renda própria – e que, por isso, dependem do poder público para o atendimento de suas necessidades básicas. Assim, faremos uma distribuição que leve em conta o total das despesas que uma determinada região da cidade precisa realizar para atender à sua população, em relação ao conjunto de recursos, equipamentos e serviços públicos ali existentes e/ou produzidos.

A Cidade de São Paulo é capaz de gerar desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para o bem-estar da sua população. O poder público municipal deve incentivar e promover ações econômicas para tal finalidade. Em primeiro lugar, é preciso inverter as prioridades orçamentárias do município, afinal, o orçamento é um dos principais instrumentos de política pública de que a Prefeitura Municipal de São Paulo dispõe, e é, justamente, na destinação dos recursos que ficam demonstrados os compromissos de uma gestão.

Nossas diretrizes se inspiram no conceito de “bem viver”, presente em diversas culturas ancestrais ameríndias, que convida a uma profunda reconfiguração da relação humana com a natureza. Essa nova perspectiva ensina que a vida em pequena escala, sustentável, equilibrada e coletiva é caminho que se contrapõe ao colapso inexorável que o sistema capitalista enseja ao converter a essência da natureza em mercadoria. Insurgir-se contra a lógica consumista e individualista é, pois, um imperativo histórico. Com base no conceito de “bem viver”, o poder público municipal estimulará a sociedade a buscar um modelo de vida mais justo, ambientalmente sustentável, economicamente solidário.

De par com isso está o nosso compromisso de desenvolver a economia local nas diversas regiões da Cidade de São Paulo, estimulando e promovendo as redes de economia solidária, nas quais serão priorizadas a participação coletiva, autogestão, igualitarismo, autosustentação, cooperação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas. E, também, dando transparência às ações de governo. Tudo isso são marcas do melhor uso dos recursos públicos, sob o prisma da boa gestão administrativa e do compromisso com o resgate da dívida social.

A Coligação “Os Sonhos Podem Governar” buscará estabelecer novas alternativas de produção econômica que contribuam para a superação do atual padrão de consumo, que rouba o futuro das gerações vindouras. Nesse sentido, inspirada no Ecosocialismo, nossa gestão contribuirá para uma verdadeira revolução ecológica, ao estimular a formação de

cadeias produtivas locais, aproximando produção e consumo, gerando e distribuindo renda, além de fazer escolhas por tecnologias sustentáveis que contribuam para o saneamento básico, com água limpa e esgoto tratado. Pretende-se, assim, gerar emprego, renda, tecnologia, conhecimento e solidariedade entre as pessoas.

Isso implica encarar o desafio de desenvolver meios para superar a extrema desigualdade de condições de vida que penaliza a população paulistana, especialmente nas periferias da cidade e nos bolsões de pobreza; de outro modo, não é possível construir uma cidade verdadeiramente democrática, onde todas e todos tenham direito a moradia, a educação, a saúde, enfim, a serem tratados com dignidade, independentemente de gênero, raça ou etnia, sexualidade, religião, idade, condição física ou mental. São Paulo é uma das cidades mais ricas e desiguais do mundo. Por isso, é preciso adotar no governo municipal uma concepção de inversão de prioridades da gestão pública.

Esse objetivo passa, necessariamente, pelo debate sobre a dívida pública paulistana e a capacidade que a cidade tem para financiar suas políticas sociais. Passa também, como afirmamos, pela implementação de formas de economia solidária e geração de renda pelas comunidades locais, como pela adoção de um novo modelo de gestão para a cidade, que combata a terceirização e a privatização dos serviços.

Precisamos, de par com tudo isso, criar um ambiente político-econômico-social com pleno respeito aos direitos humanos. A construção de uma concepção de direitos inalienáveis da pessoa humana assenta-se tradicionalmente na necessidade de proteção do indivíduo em relação à violência perpetrada pelas estruturas do Estado.

Até o advento dos movimentos anti-absolutistas do século XVIII, os governantes impunham as leis, mas não se submetiam a elas, fazendo da violência estatal uma prática reiterada. No caso brasileiro, contudo, há um agravante: a persistente violência estatal, que mantém a nação como se ainda vivesse em tempos medievais, é alimentada pelo autoritarismo que caracteriza a formação da sociedade brasileira. Ainda é um grande desafio, entre nós, fazer valer o princípio constitucional segundo o qual é objetivo da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Em tempos de violência exacerbada, amplificada pela exploração que delas fazem os meios de comunicação de massa, muitas vezes de forma sensacionalista e até irresponsável, e num país de precária educação para a cidadania, são crescentes os apelos da população por uma ação vingativa por parte do poder público e seu aparato repressivo em relação

àqueles que se acham em conflito com a lei. Ainda existe, entre nós, muita resistência ao princípio de que todos os cidadãos são sujeitos de direito. Não por acaso, as manifestações de racismo e discriminação contra negros e negras ainda são frequentes; não por acaso, mulheres, homossexuais, transexuais e travestis ainda não gozam plenamente de direitos identitários, sociais e políticos.

A manutenção, reprodução e perpetuação desse tipo de sociedade são o resultado, entre outras, de ações e omissões dos poderes públicos, em suas três esferas. A gestão Erundina terá o compromisso de, no âmbito da competência municipal, coibir a violência institucional, praticada em muitos casos pela própria administração pública, direta e indireta.

Nossa Coligação assume compromisso com a luta pelos direitos das mulheres, sua autonomia e o combate à violência de gênero. Adotará também medidas de enfrentamento ao racismo, ao encarceramento em massa e da violência contra a juventude negra, pobre e periférica. Igualmente, enfrentará a homofobia, tomando medidas para que pessoas deixem de ser agredidas, discriminadas e assassinadas por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Enfim, é imperativo que o poder público municipal seja instrumento para garantir o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana: o respeito a esses direitos será um dos pilares da ação do nosso futuro governo, perpassando todas as instâncias da gestão municipal.

1. Desenvolvimento Econômico e Inversão de Prioridades

A concretização de um programa para governar uma cidade complexa como São Paulo exige vultuosos investimentos em todas as áreas, especialmente na atual quadra histórica em que a crise econômica que atinge o País resulta em uma significativa queda na arrecadação do Município de São Paulo, tornando os seus recursos mais escassos.

O pressuposto de que, se os recursos públicos forem bem geridos, a Cidade de São Paulo será capaz de gerar desenvolvimento econômico sustentável, contribuindo para o bem-estar da sua população. O poder público municipal deve incentivar e promover atividades econômicas com essa finalidade. Exemplo disso seria a inversão de as prioridades orçamentárias do município, valendo-se dos gastos públicos para promover o desenvolvimento econômico local.

Assim, para assegurar investimentos nas áreas mais sensíveis, e com maior demanda como saúde, educação e mobilidade urbana, e reduzir as imensas desigualdades sociais da cidade, é necessário potencializar a receita do município.

Citem-se algumas propostas para essas ações:

- Descentralizar e potencializar o gasto público. Trata-se de uma transferência redistributiva, que leve em conta o total das despesas que uma região da Cidade de São Paulo precisa realizar para atender à sua população, de modo que a partilha destine mais recursos àqueles que têm maiores dificuldades em gerar riqueza própria e demanda viável por bens e serviços públicos.
- Combate permanente à sonegação e à corrupção, propondo (i) a “metodologia de risco da ocorrência de corrupção”; (ii) a melhoria na gestão da secretaria de finanças, via racionalização dos processos administrativos e uso dos recursos materiais, além da valorização do seu quadro funcional; (iii) intensificar a fiscalização tributária e o fortalecimento dos órgãos municipais, como a Controladoria Geral do Município – CGM, entre outros.
- Adoção de um programa de transparência das contas públicas com acompanhamento público da execução orçamentária e das licitações.
- Propor a criação do “Imposto Voluntário” para que o cidadão ou empresas possam contribuir espontaneamente quando fizerem o pagamento de IPTU. Esses recursos

serão destinados a um fim, claramente determinado, e as obras e serviços previamente definidos com a participação da população, e amplamente divulgados.

- Realização de estudo para aumentar a cobrança do IPTU e do ITBI de residências (casas e apartamentos) de alto padrão.
 - Implementação de programa de recuperação da dívida ativa de 5% do total devido pelos grandes devedores, por ano.
 - Buscar a ampliação dos investimentos federais na cidade como contrapartida aos mais de R\$ 28 bilhões pagos, pela PMSP, de juros e encargos nos últimos 15 anos, à União.
 - Realização de auditoria integral, íntegra e transparente, da dívida municipal, com a participação da população e dos movimentos sociais, no sentido de verificar as irregularidades que ocorreram e foram apontadas pela CPI realizada pela Câmara de Vereadores.
 - Proceder à análise e renegociação de contratos de serviços terceirizados e de permissionárias, e aprofundar a análise da planilha de custos do transporte coletivo.
 - Revisão da política de gestão das parcerias com as Organizações Sociais e Organizações Não Governamentais, sem conferir delegação exclusiva de atuação a essas instituições.
-

2. Economia solidária

Um dos pilares de uma gestão socialista, especialmente em país como o nosso, marcado por profunda clivagem social, é o compromisso de tratar desigualmente os desiguais. Ou seja, é preciso exigir maior esforço daqueles que têm maior capacidade contributiva, e ao mesmo tempo priorizar o investimento público voltado para o atendimento às necessidades prementes dos que mais necessitam do apoio do Estado.

Entre os objetivos de uma gestão com tal perfil está a geração de um novo padrão de desenvolvimento, de base popular – seja na esfera municipal, estadual ou nacional. Para isso, é preciso ampliar as iniciativas econômicas populares, o que por sua vez exige, fundamentalmente, ampliar e democratizar os instrumentos de crédito e financiamento, fazendo-os chegar às regiões de menor dinamismo econômico e às populações empobrecidas que necessitam de apoio das políticas públicas para construir suas estratégias de subsistência.

A economia solidária é um processo virtuoso que traz estabilidade para o crescimento da economia e sustentabilidade para o processo de desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda e redução das desigualdades. Engloba um rol de iniciativas que necessitam, em primeiro lugar, de oferta de crédito (no devido marco legal) para que possam desenvolver toda sua potencialidade, produzindo efeitos como: a) ativação do circuito econômico local, com produção de bens e serviços populares; b) valorização da comunidade, e do correspondente sentimento de pertencimento ao grupo, que reforça laços de solidariedade; c) diversificação da oferta de serviços financeiros; d) incremento da poupança familiar; e) criação de uma cultura de crédito e geração de um processo de educação financeira, importante para reduzir a insegurança e a precariedade das condições de vida.

Propostas:

- Estimular e promover redes de economia solidária, dando ênfase à participação coletiva, autogestão, democracia, cooperativismo, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e ambiental.
- Implantar programas voltados ao apoio e fomento a formas diversas de geração e distribuição de renda – incluídos pequenos negócios locais.
- Apoiar os catadores de resíduos sólidos, incentivando a organização desses trabalhadores em cooperativas.
- Fomentar franquias sociais.

3. Transparência e Participação Popular

O controle da máquina pública do Município de São Paulo esteve nas mãos de uma pequena parcela privilegiada da população. Por conseguinte, as necessidades das camadas mais pobres acabaram relegadas ao segundo plano. O método eficaz para a inversão de prioridades é empoderar a população, valendo-se, dentre outros instrumentos, da transparência e participação da população no controle da destinação dos recursos públicos.

Para assegurar tais medidas, a Prefeitura do Município de São Paulo apresentará dados sobre arrecadação e gastos, mensalmente, de forma que qualquer cidadão possa entendê-lo. Os dados orçamentários das secretarias de governo, das subprefeituras e demais órgãos públicos estarão à disposição de qualquer pessoa ou entidade, no portal da Prefeitura e nas sedes das secretarias e das subprefeituras.

Algumas das nossas propostas gerais:

- Apresentar mensalmente o balanço das despesas do Município. Dados orçamentários da Secretaria de Finanças ficam à disposição no portal da prefeitura e sede das secretarias e subprefeituras.
- Proibição da participação de servidores ocupantes de cargos comissionados como membros-representantes da sociedade civil nos diferentes conselhos (saúde, educação, criança e adolescentes etc.).
- Apoio ao trabalho dos conselhos, por meio do fornecimento de informações necessárias aos seus projetos e da disponibilização de estrutura administrativa para funcionamento.
- Ampliação das Conferências Municipais Temáticas e das Plataformas de Interação Virtual junto à população, com foco na capacidade responsiva do governo.
- Buscar a capacitação dos servidores públicos tanto em esfera central quanto local para atuarem em um modelo de gestão participativa.
- Propor a implementação do Orçamento Participativo na Cidade de São Paulo, através das subprefeituras, com foco na capacidade deliberativa e destinação orçamentária.
- Estruturação de formas de incentivo à ação e participação em âmbito local, com foco na identificação territorial e no protagonismo coletivo local, tanto através de plataformas virtuais quanto de forma presencial.
- Envidar esforços para uso de plataformas virtuais nos distritos para discussão e comunicação entre atores locais e órgãos públicos, bem como aferição da opinião pública quanto a temas macro e projetos legislativos.
- Buscar o uso de aplicativos e outros mecanismos de acompanhamento, pela população, das licitações de obras, reformas, serviços e compras de materiais em hospitais, escolas e demais equipamentos.
- Buscar criar o Conselho por Obra Pública, formado por membros da sociedade civil local, poder público e empresa contratada, com capacidade deliberativa quanto a liberação de recursos, cronograma das obras, acompanhamento da execução e apontamento de falhas e desvios.
- Prestação de contas em âmbito local, através de plataforma específica, por subprefeitura, e prestação de contas em local público a cada semestre.
- Estudar a possibilidade da estruturação da Secretaria de Descentralização, Participação Social e Prestação de Contas com foco na capacidade responsiva do Estado.

- Buscar efetivar a Política Municipal de Acolhida e Integração dos Trabalhadores Imigrantes, Refugiados e suas famílias.
 - Efetivar a constituição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (criado em janeiro de 2016 e cujos membros ainda não foram eleitos) e fortalecer o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, assegurando paridade de gênero.
 - Continuar e, sobretudo, incentivar as ações de auditoria e aperfeiçoar os órgãos de controle, tais como as boas práticas da Controladoria Geral do Município – CGM.
-

4. Política Urbana e Habitação

A elite brasileira, através do Poder Público, produziu cidades como máquinas de crescimento imobiliário e habitacional e dessa valorização não surgiram cidades melhores, mais justas e integradas. A Cidade de São Paulo, como a maioria das grandes cidades brasileiras, vive situações recorrentes de caos e calamidades.

Temos instrumentos urbanísticos considerados avançados, mas que não são aplicados em sua totalidade, sobretudo no que diz respeito a: (i) garantir a função social da propriedade; (ii) sobretaxar grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, forçando a urbanização de terrenos ociosos; (iii) cobrar a dívida ativa por meio da dação de imóveis; (iv) combater os crimes ambientais; (v) envidar esforços para impedir despejos forçados, fazendo valer o direito inalienável à moradia e; (vi) orientar e planejar o crescimento das cidades em favor das maiorias e da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs.

Ao mesmo tempo em que temos enormes problemas e desafios para assegurar o direito à cidade e qualidade de vida para todas e todos que nela vivem, há enorme ativismo urbano e renovação de movimentos sociais. São inúmeros grupos de levantes urbanos de novo tipo, focados em situações específicas, mas conectados em rede com outras lutas, pensando um urbanismo tático, contra a cidade-empresa, as parcerias público-privadas, a cidade-evento, os processos de gentrificação e higienização social, criminalização de movimentos e moradores de rua etc.

Nossa candidatura se propõe a dialogar com essas novas formas de resistência urbana, além dos grandes movimentos, em especial de luta por moradia e reforma urbana. A proposta é recobramos a imaginação urbana de uma cidade que volta a ser obra coletiva, valor de uso e espaço de vida para seus cidadãos, invertendo prioridades, combatendo a segregação

socioespacial, reconquistando os ativismos da vida pública e investindo nos bairros que mais precisam. Queremos construir uma agenda de combate às violações de direitos humanos para avançar numa política radical em direção ao direito à cidade e à desmercantilização da produção e uso do espaço.

Portanto, temos como objetivos gerais:

- Iniciativas para reverter a segregação socioespacial paulistana.
- Qualidade urbana para todos, defesa do espaço público e dos bens comuns.
- Revisão participativa para compatibilização territorial dos perímetros de distritos, subprefeituras, diretorias regionais de ensino, distritos de saúde e unidades de planejamento, inclusive metropolitanas.
- Justiça urbana com justiça tributária.
- Retomada da inteligência pública em projetos e planejamento urbano.
- Habitação como direito e como serviço público.
- Envidar esforços visando o fim dos despejos e remoções forçadas em situações de vulnerabilidade.
- Redução e controle dos preços de aluguel por meio de intervenção no domínio econômico, valendo-se da parafiscalidade e externalidades.
- Recuperar a qualidade de vida nos bairros e moradias já construídas pelos trabalhadores.
- Descentralização da política de habitação com escritórios comunitários.
- Retomar a política de mutirões, fomentar o cooperativismo, a economia solidária e novas formas de propriedade comunitária.
- Política de regularização fundiária e segurança da posse.
- Saneamento ambiental por microbacias, aumento das áreas permeáveis, gestão das águas e recuperação de rios e nascentes.
- Política de resíduos sólidos, com ampliação da coleta seletiva, reciclagem e cooperativismo.
- Prevenção de riscos e atuação emergencial em catástrofes urbanas.

5. Mobilidade Urbana

Nossa Coligação tem o pressuposto inafastável de que a mobilidade urbana pode produzir uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. E isso significa apontar a

necessidade de que existam políticas públicas de mobilidade voltadas ao combate da ampliação da desigualdade social e da segregação. Para nós, a mobilidade urbana é direito social - junto com moradia, alimentação, saúde entre outros direitos -, e isso contraria a compreensão do transporte como uma mercadoria. Portanto, nosso compromisso é efetivar o transporte como um direito social, viabilizando o atendimento das demandas da maior parte da população.

Nosso Programa para a Cidade de São Paulo está pautado na priorização do transporte público, coletivo e ativo (pedestres e bicicletas), impulsionando as formas de locomoção não centradas no automóvel individual e particular, e dando às pessoas condições de definirem as políticas públicas em torno da mobilidade urbana, sempre de forma democrática. Somente com ampliação da participação popular e definição de prioridades a partir dos mais pobres, conseguiremos realizar uma “Cidade das Pessoas”, com direito social, justiça espacial e mobilidade para todos.

Nomeamos, então, as principais propostas sobre o tema:

- Fazer cumprir a Lei Nacional da Mobilidade Urbana, de modo a articular esforços políticos para que a Companhia de Metrô e o governo estadual observem as regras da legislação e respeitem a competência municipal de São Paulo.
- Buscar adotar medidas operacionais para desafogar o trânsito: (a) priorizar o fluxo dos corredores e vias de ônibus, valendo-se das novas tecnologias; (b) nova política de uso dos estacionamentos públicos e privados; (c) incentivo do uso do transporte compartilhado e colaborativo; (c) criação do centro de referência em cultura da mobilidade urbana, para ir além do âmbito da educação no trânsito.
- Planejar, aumentar segurança e qualidade das ciclovias, inseri-las na periferia e integração bicicletas terminais de ônibus e estações do metrô.
- Buscar viabilizar a criação da Autoridade Metropolitana de Transportes Urbanos da Grande São Paulo, valendo-se da articulação com a região metropolitana e do instrumento de consórcio público.
- Envidar esforços para a instalação de corredores com pagamento nas plataformas dos terminais de ônibus, visando a eliminação das catracas e realocação funcional dos cobradores de ônibus com pleno respeito aos direitos trabalhistas.

Por isso temos como pontos de orientação:

- Avançar numa política tarifária social.

- Revisar as licitações do sistema de transporte rodoviário e auditar a planilha de custos das concessionárias de transporte coletivo.
 - Buscar viabilizar a criação de linhas que circulem dentro dos bairros, incentivando deslocamentos além da lógica casa-trabalho.
 - Assegurar o respeito aos usuários do sistema, tendo como metas: a revisão da frequência de ônibus aos sábados e domingos, em diálogo com os cidadãos; operação 24h, segurança, iluminação e mobiliário urbano; seguimento à política de corredores e faixas exclusivas de ônibus, com a infraestrutura necessária, pavimentação propícia, pontos de ultrapassagem e paradas com estrutura de proteção e bem-estar dos usuários; e ampliação do número de pontos de recarga do bilhete único, priorizando estabelecimentos com horário de funcionamento estendido.
 - Buscar uma Política de Qualidade Ambiental no Transporte Público.
 - Ampliação do diálogo entre municípios da Grande São Paulo para discussão de políticas de transporte.
 - Incentivar o transporte ativo e compartilhado em substituição à cultura do automóvel: fomentar as políticas que visam dar maior rotatividade/desestímulo ao uso de vagas nos logradouros públicos e compartilhamento de automóveis.
 - Continuar e, sobretudo, aperfeiçoar o programa de redução de velocidade nas vias.
-

6. Saúde

Os direitos sociais mais básicos como saúde, educação e previdência estão sendo duramente atacados no Brasil, sob o falso argumento de que cortar direitos e reduzir os investimentos em serviços públicos de qualidade são a única forma de superar as dificuldades econômicas do país. Na Saúde, em âmbito federal, estadual e municipal, avançam as ações de desmonte do SUS através da privatização dos serviços, implementando cada vez mais a lógica mercantil no funcionamento do sistema.

Em São Paulo, aproximadamente a metade dos equipamentos de saúde municipais é gerida por Organizações Sociais de Saúde, entidades que recebem valores elevadíssimos para gerir os serviços sem nenhum mecanismo de controle da prefeitura e da população sobre a qualidade dos serviços prestados e o emprego do dinheiro público. Hoje mais de 65% do orçamento da Secretaria de Saúde está comprometido com estas organizações, empregando mais de 43 mil profissionais em condições precárias de trabalho e de salário, em sistemas de

trabalho baseados na produtividade, medidos principalmente por métodos quantitativos de avaliação - números de consultas e procedimentos, que não servem como reais indicadores da qualidade da saúde da população. As decisões políticas que direcionam o dinheiro público para estes gestores privados também provocam a redução da qualidade dos atendimentos geridos diretamente pela prefeitura, causando demora em agendamento de consultas, cirurgias e tratamentos, péssimas condições de trabalho para os profissionais de saúde, falta de estrutura em serviços como UBS, CAPS, hospitais e unidades de pronto-atendimento.

É preciso avançar também na garantia de acesso e na qualidade dos atendimentos a grupos minoritários, promovendo educação continuada das equipes e políticas de saúde específicas que contemplem as demandas das mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população LGBT, população em situação de rua, imigrantes, população negra e indígena, como formas efetivas de promoção da equidade. É essencial também fortalecer os espaços de participação e controle social, criando condições para a representatividade destes grupos na construção das políticas de saúde descentralizadas.

Dentre as propostas em discussão, destacam-se as seguintes:

- Fazer gestões para a revisão imediata do Pacto Federativo entre as instâncias para DEFESA INTRANSIGENTE DO SUS e de uma Secretaria de Saúde autônoma e efetivamente gestora, com financiamento de no mínimo 10% do PIB junto ao fim da DRU para a seguridade social, permitindo a primazia da lógica pública na relação com a Rede Privada de Serviços de Saúde: ressarcimento, câmara de compensação.
- Garantir gestão descentralizada, fortalecendo a autonomia das subprefeituras com respaldo legal, e combatendo assim a desigualdade de acesso em Redes de Atenção à Saúde (RAS) correspondentes às necessidades locais em todos os níveis de complexidade.
- Ampliar e fortalecer todos os espaços de participação na gestão da cidade: Movimentos Sociais, instâncias do “Controle Social” do SUS, Conselho de Representantes nas subprefeituras, fóruns, etc.
- Defesa radical de um SUS público, gratuito, de qualidade para todos e todas, completamente estatal, pondo fim aos contratos com entes privados na gestão indireta de serviços públicos, por meio de programa de transição que não reduza a assistência ao povo.
- Construção de carreiras para servidores públicos municipais com critérios democráticos e técnicos, particularmente para os ocupantes de cargos gerenciais, a fim de garantir oferta assistencial alinhada com princípios da gestão, constituindo

ambiente de trabalho propício à formação dos trabalhadores das equipes e de estudantes de instituições de ensino superior conveniadas.

- Construção efetivamente coletiva, entre secretarias, de políticas de governo que superem a fragmentação intersetorial, resultando em projeto de reforma urbana que altere a determinação social do processo saúde-doença.
-

7. Educação

A escola pública municipal é de fundamental importância para a criação de uma “Cidade das Pessoas”, portanto estará no centro das ações da Gestão Erundina. A escola é o palco principal da construção de sonhos e de esperança, desde o ingresso do bebê nas unidades de Educação Infantil. É na escola que as crianças passam a maior parte do tempo, vivenciando experiências de aprendizagem e brincadeira (que é, também, aprendizagem), tomando consciência de si e do outro numa relação de plena interação. Na escola, os que ainda são crianças e os que já não são tomam contato com conhecimentos, valores e atitudes produzidos e acumulados pela humanidade e aprendem a escolher como se relacionar com a sociedade.

A Cidade de São Paulo possui a maior rede municipal de ensino do país, com cerca de 1 milhão de alunos, distribuídos em cerca de 1500 unidades de administração direta e 1700 de administração indireta e conveniada. Essa imensa rede oferece à população um inestimável potencial de futuro, de transformação virtuosa - individual e coletiva.

Com todo o seu potencial, a cidade mais rica do Brasil ainda precisa superar enormes problemas em Educação. Destacam-se, por exemplo, a necessidade de erradicar o analfabetismo (3,2%, apurados no Censo 2010, segundo o Infocidade da PMSP); de ampliar o atendimento à primeira infância (0 a 3 anos) via administração direta; de reduzir a média de alunos por turma; de suprir a carência de profissionais nas escolas; de garantir melhores condições de trabalho para esses profissionais – o que inclui reduzir o espantoso índice de adoecimento docente.

Linhas de ação:

- Participação se aprende coletivamente. As escolas são espaço privilegiado para o incentivo e a aprendizagem da participação popular na gestão da cidade. Propomos, entre outros: revitalização dos conselhos de escola; favorecimento à criação de

grêmios estudantis; fomento à realização de assembleias e conselhos de crianças; democratização das relações internas na SME.

- Educação não é mercadoria: é dever do Estado e direito de todos e todas desde a primeira infância. É preciso resgatar a dimensão humana e cidadã da Educação, em contraposição ao caráter gerencialista e mercadológico que tem prevalecido nas administrações municipais. É preciso, além disso, aplicar mais recursos na Educação, mesmo em contexto de redução orçamentária. Propomos, por exemplo: revinculação, na Lei Orgânica do Município, de 30% da receita líquida de impostos e transferências para a manutenção e desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como a revisão dos contratos terceirizados, a ampliação do número de vagas em CEIs (Centros de Educação Infantil) diretos e congelamento das matrículas atuais em CEIs indiretos.
- Melhores condições de ensinar e aprender. A rede educacional do município de valorizar a vida em toda a sua pluralidade, propondo a troca de saberes entre todos os sujeitos da comunidade escolar. É preciso: reduzir o número de alunos por sala de aula, desde o berçário; retomar a concepção de ciclos escolares; garantir a necessária estrutura material e humana; equipar as escolas com materiais e acervos atualizados; fornecer alimentação de qualidade, incorporando alimentos orgânicos e provenientes de agricultura familiar.
- Escola precisa de autonomia. Devemos garantir a autonomia escolar estabelecida no Art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para isso, é preciso, entre outros: valorizar e fortalecer a construção coletiva, participativa e democrática dos projetos político-pedagógicos; ampliar os recursos para as escolas e distribuí-los de acordo com a matrícula, o tamanho, a idade, a carência da unidade e o tempo de atendimento da criança; ampliar a disponibilidade dos recursos de adiantamento bancário imediato; valorizar processos de racionalização dos recursos em cada unidade com incentivo a práticas de reuso e reciclagem; estabelecer políticas de formação continuada permanentes que envolvam todos os profissionais das escolas; propor modos alternativos de avaliação, de modo participativo, processual, cumulativo e democrático.
- Valorização dos profissionais da Educação: cuidar de todos e todas, inclusive na aposentadoria. Precisamos manter e ampliar as conquistas da carreira do Quadro do Pessoal da Educação, implementada na primeira gestão Luiza Erundina, aprofundando a valorização dos profissionais da Educação. Exemplos de propostas: permitir que aqueles que optarem pela Jornada Integral de Formação (JEIF) tenham efetivamente acesso a ela; criar condições para que os profissionais escolham sua

jornada, adequando suas necessidades às das atividades que exercem; criar mecanismos para que todos os profissionais tenham acesso a formação continuada, construir plano de carreira efetivo com possibilidade de crescimento salarial para os funcionários não-docentes.

- Aprender a olhar o mundo e educar para a vida: a educação de jovens e adultos. Os dados sobre analfabetismo, no Brasil como um todo e na Cidade de São Paulo em particular, são inaceitáveis. Na capital paulista, mais de 280 mil pessoas acima de 15 anos carecem de alfabetização. A Gestão Erundina buscará erradicar o analfabetismo de pessoas de até 40 anos e reduzi-lo significativamente nas demais faixas etárias. Iremos abrir salas de educação de jovens e adultos, oferecendo atendimento em diversos horários, considerando as diversas jornadas de trabalho dos alunos; e rearticularemos o diálogo com movimentos sociais que historicamente atuam na educação de jovens e adultos.
- Em defesa da educação crítica e transformadora: por uma escola que combata o racismo, a homofobia e o machismo. Contraindo-nos ao avanço do conservadorismo e da intolerância que reduzem o espaço do diálogo democrático e remontam a períodos sombrios de nossa História, reforçaremos o papel da escola como espaço de debate franco e livre de ideias – como espaço, portanto, de crescimento social, cultural, acadêmico. Assim, o ensino público municipal, na Gestão Erundina, não se furtará a enfrentar as feridas históricas da sociedade brasileira, e discutirá, numa perspectiva plural, temas que digam respeito ao bem viver das mulheres, dos negros, dos indígenas, das crianças, dos trabalhadores e da população LGBT.

8. Cultura

A Cultura no Governo Luiza Erundina (1989-1992) é reconhecidamente um marco na Cidade de São Paulo pela sua coragem em eleger o tema como um valor fundamental para o exercício da cidadania, não apenas dos segmentos privilegiados – que sempre tiveram acesso a esse bem – mas, especialmente, dos setores da população que sempre tiveram dificuldade em acessar ou mesmo em fazer cultura a partir da sua realidade.

Essa experiência a credencia para propor um conjunto de medidas que pretendem instituir, restabelecer ou aprofundar iniciativas que demonstrem o papel central que a Cultura deve ocupar na Cidade de São Paulo, tais como:

- Reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura. Fortalecer, democratizar e reestruturar a Secretaria Municipal de Cultura. A política cultural promovida pela Secretaria Municipal deve manter inter-relação com as demais Secretarias e programas. É necessário continuar e ampliar os programas “Vai”, “Fomento à Periferia”, “Jovens Monitores Culturais” e “SpCine”.
- Programa Cultura e Educação. O Programa pretende promover a integração destes dois campos, retomando proposições e atualizando experiências exitosas, como por exemplo, “Escola Parque”, formulada por Anísio Teixeira, ou “Parques Infantis”, implantado por Mário de Andrade. Criar os “Territórios Educativos”, compreendidos como os espaços, os equipamentos, os sujeitos e as experiências culturais e artísticas, com potencial educativo, no entorno da escola, na comunidade, no bairro, atuando em diversas linhas.
- Política para a Cultura Viva, desenvolvendo os seguintes aspectos: Cultura Digital; Cultura e Saúde; Economia Solidária e Cultura; Agentes Jovens de Cultura; Griôs e Mestres da Cultura tradicional transmitida pela oralidade; Interações Estéticas; Escola Viva; Pontos de Leitura; Pontos de Memória; Pontos de Mídia Livre; Pontinhos (para cultura da infância e lúdica); Pontões de Cultura (articuladores, capacitadores e difusores em rede). A Política para a Cultura Viva também deve desenvolver ações de apoio à arte e aos artistas de rua, desenvolvendo medidas em apoio a: espaços culturais de grupos alternativos ou de pequeno porte; circos e aos artistas circenses; iniciativas culturais da juventude; manifestações da diversidade e orgulho LGBT; culturas tradicionais e populares; saraus das quebradas; cultura hip hop; Blocos de Carnaval e Escolas de Samba.
- Criação do Fundo Municipal de Cultura. Mecanismo para efetivação da política cultural da PMSP, com dotação orçamentária própria, e a seguinte previsão: meta de 1% do orçamento municipal diretamente destinado ao Fundo, sendo que os recursos deverão atender, exclusivamente, ao fomento das ações da sociedade; as despesas correntes da Secretaria de Cultura deverão contar com orçamento próprio. O Fundo deverá contar com fundos setoriais: artes, diversidade e cidadania cultural, patrimônio e memória, audiovisual, livro e leitura e projetos especiais.
- Avançar e consolidar o programa SpCine, por meio da abertura de salas de cinema na periferia; transmutar o SpCine em agência de fomento à produção e distribuição audiovisual.

- Fundação Theatro Municipal. Retirar a Fundação das páginas policiais e devolvê-lo aos cadernos de cultura. O Theatro Municipal não será privatizado; não haverá transferência da gestão para uma organização social. As montagens e projetos especiais promovidos pela Fundação devem ser realizados por meio de “chamadas públicas”. A Fundação deve assumir a programação de um circuito cultural de música e dança nas unidades dos CEUs e nos teatros públicos municipais nos bairros/regiões, assim como ampliar o público e temporadas de óperas e concertos sinfônicos; tais temporadas deverão ser gravadas e disponibilizadas para transmissão por rádio e televisão pública.
 - Implantação, em prioridade, do Museu da Cidade. A diretriz e o escopo da política do Museu da Cidade é a memória viva da cidade. Integrar ao “Pavilhão das Culturas” no Ibirapuera, que deve ter papel estratégico no processo de resgate, preservação e interação.
 - Cultura em Rede. Assegurar que toda subprefeitura conte com, ao menos, um teatro, uma biblioteca, um cinema, um museu e um espaço para oficinas culturais, cursos de iniciação artística e exposições.
 - Criar emissora de TV e Rádio que sejam da sociedade, que difundam conteúdos culturais, que informem e formem com democracia, assegurando opiniões divergentes e pluralidade de ideias. As emissoras devem interagir com a produção autônoma da sociedade, com a mídia livre, realizadores independentes, TVs e Rádios Comunitárias, públicas, educativas e universitárias.
 - Sistema Municipal de Bibliotecas. Alteração da estrutura do sistema municipal de bibliotecas saindo de um padrão hierarquizado para um padrão de trabalho em rede. As bibliotecas também devem atuar como espaço de acolhimento, fruição e projeção, não exclusivamente, mas especialmente das práticas de leitura e escrita. Criação de uma “Rede de Leitura”, composta pelas bibliotecas públicas, centros culturais, bibliotecas e salas de leitura da rede escolar municipal e parceiros.
-

9. Mulheres

O Governo Luiza Erundina assumirá um compromisso inequívoco com a luta pelos direitos das mulheres e combate à violência de gênero, fazendo do empoderamento feminino uma prática interna rotineira e, também, nas relações da Prefeitura com entes privados. Para

além disso, em todos os órgãos e todas as instâncias serão estabelecidas medidas políticas e administrativas que contribuam para uma efetiva equidade de gênero.

Para tanto, frequentemente a Administração deverá oferecer condições diferenciadas para o exercício dos serviços públicos por parte das mulheres favorecendo sua independência econômica, a proteção contra a violência doméstica e vulnerabilidade social, o acesso à habitação popular, ao transporte digno, dentre outros.

A gestão Luiza Erundina terá como foco garantir um atendimento que dê atenção integral à saúde reprodutiva e sexual da mulher, especialmente às vítimas da violência doméstica e do estupro, bem como quanto ao direito de decidir sobre seu corpo, livre das imposições da indústria das cesarianas, valorizando o parto humanizado, sem discriminação ou violência obstétrica.

É fundamental garantir que as mulheres tenham acesso aos serviços de saúde, em todos os níveis de complexidade e que as políticas de saúde da mulher não sejam destinadas apenas às questões reprodutivas, mas também às formas de prevenção de DST's, atenção básica, violência contra a mulher, saúde mental, entre outras. Garantir que a APS contemple as especificidades da mulher não-heterossexual.

Portanto, podemos citar, exemplificativamente, um conjunto de medidas destinadas às mulheres na futura gestão:

- Criação de programa de capacitação profissional e geração de renda voltado à mulheres vítimas de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social.
- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais, mulheres ciganas, mulheres com deficiência e inserção no mercado de trabalho das mulheres em regime semiaberto e egressas do sistema prisional.
- Instituição de um sistema de formação e qualificação profissional das mulheres, reeducandas e egressas do sistema prisional.
- Garantia de acesso ao trabalho com equidade de gênero, estabelecendo paridade entre mulheres e homens, considerando cor/raça e diversidade, nos cargos de direção do Executivo, na Administração pública direta ou indireta.
- Prioridade para mulheres em situação de violência para aquisição de habitação em programas de moradia e de emprego.
- Campanha de defesa e autodefesa da mulher e combate à violência contra a mulher em geral.

- Desenvolver campanhas de combate à violência contra a mulher e esclarecimento dos direitos das mulheres nas áreas rurais.
 - Realizar concurso público para profissionais especializados no atendimento de mulheres em situação de violência.
 - Em atuação conjunta entre a SPM (Secretaria de Política para Mulheres) e outras secretarias municipais, como Educação, Saúde e Cultura, promover políticas específicas para as mulheres, a saber: educação não sexista; programas destinados à saúde da mulher; e campanhas culturais de combate à cultura da violência.
 - Organizar equipes multiprofissionais nos serviços de saúde de forma que qualquer profissional esteja apto a atender com respeito à mulher vítima de violência.
 - Desenvolver campanhas de combate à violência contra as mulheres direcionadas tanto ao funcionalismo público quanto à sociedade em geral.
 - Capacitar profissionais dos postos de saúde para atendimento e orientação à mulher vítima de violência.
 - Implantação dos Centros de Referência e Atenção a Mulher em situação de violência, que garantam acompanhamento jurídico, psicológico às mulheres vítima de violência.
 - Atender de forma prioritária mulheres em situação de violência em programas de trabalho e renda e moradia.
 - Criar serviço telefônico municipal de orientação a mulheres vítimas de violência.
 - Promover a Rede de atendimento à mulher em situação de violência na perspectiva de garantir a integralidade das ações.
-

10. LGBT

Em sintonia com as diretrizes gerais do Programa de Governo explicitadas no capítulo anterior, cumpre enfatizar que o segmento LGBT (acrônimo este que contempla pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) merecerá atenção especial da Administração municipal.

Por se tratar de um dos coletivos alvo de violência e discriminação explícitas, que atingem a sua condição humana, o Poder Executivo municipal tem o dever de instituir políticas públicas, nas mais diferentes áreas, que assegurem a sua dignidade e que possibilitem o livre exercício da cidadania e do protagonismo social.

Propõem-se, então, as seguintes medidas iniciais voltadas a essa área temática:

- Fomentar políticas de trabalho e geração de renda pensadas com membros do conselho LGBT.
- Efetivar a igualdade de direitos previdenciários aos casais homossexuais no serviço público municipal no âmbito do IPREM.
- Propor legislação municipal que assegure os direitos da população LGBT e que sancione administrativamente as discriminações e discursos de ódio motivados por orientação sexual e por identidade de gênero no âmbito da administração municipal.
- Capacitação obrigatória e sensibilização da GCM, bem como de todos os agentes públicos de segurança, para as questões LGBT.
- Incentivar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária voltados ao segmento LGBT, priorizando travestis e transexuais.
- Garantir vagas em programas de jovens aprendizes e bolsa trabalho para a juventude LGBT por meio de cotas.
- Reverter parte da arrecadação proveniente da Parada LGBT em programas de empregabilidade de travestis, mulheres transexuais e homens trans.
- Criar cotas para travestis, mulheres transexuais e homens trans em serviços públicos municipais.
- Criação ou manutenção de programas com bolsas que visem a garantir acesso e permanência na educação básica, formação e inserção profissional de transexuais e travestis, com vagas em tais programas correspondentes à demanda necessária para esse público.
- Criar programa que assegure o acesso ao trabalho e à qualificação profissional de travestis e transexuais egressas do sistema carcerário.
- Formação continuada de agentes públicos que operacionalizem as políticas de trabalho, em especial os que realizam oficinas de orientação ao trabalho em relação a direitos LGBT, assédio moral em espaços de trabalho e LGBTfobia em processo de seleção.

11. População Negra

O Brasil continua sendo um exemplo expressivo das consequências do genocídio que marcou a população negra da África, violentamente atingida pelo tráfico de escravos com

destino à Colônia desde o século XVI. A escravidão durou oficialmente até 1888, mas as suas marcas continuam muito presentes no cotidiano, especialmente nos grandes centros urbanos, como é o caso da Cidade de São Paulo, que precisa abandonar o posto de campeã de assassinatos, encarceramento e vulnerabilidade social de negros e negras.

A rotina dos afrodescendentes é ditada pelo racismo e preconceito, sendo que ambos se manifestam em formas diferentes: ora se expressam de maneira explícita, ora se expressam de maneira velada. Em qualquer dessas duas modalidades, há uma tolerância social incompatível com a construção de uma sociedade democrática, com o ideário de direitos fundamentais da pessoa humana e com o Estado de Direito.

Exemplos das consequências de tudo isso são o extermínio da juventude negra nas periferias do país, sob os auspícios das polícias militares, e as iniciativas pela redução da idade de imputabilidade penal, sob intensa campanha midiática em parceria com o aparato repressivo do Estado. Entremontes, quase nada se avançou na implementação de todo o conjunto protetivo e pedagógico do Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciando-se a opção do status quo pela “eliminação” do problema, via extermínio ou via encarceramento.

Diante desse quadro, a Prefeitura de São Paulo sob a gestão de Luiza Erundina, envidará esforços para implantar medidas que resultem em efetivo resgate da dignidade humana da população negra, tais como:

- Coibir a violência de agentes do Estado contra pessoas negras.
- Dar cumprimento à Lei Municipal nº 15.939, de 2013, que “Dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados”.
- Dar atenção especial à saúde da população negra em suas especificidades; estabelecer convênios para ampliar as vagas oferecidas em cursinhos pré-vestibulares populares; instituir no Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Rede Municipal de Educação Para o Respeito à Diversidade Étnica e Racial.
- Instituir o Programa de Formação Continuada em Direitos Humanos, Igualdade Racial e Direitos das Mulheres para agentes da Guarda Municipal, como política de combate ao racismo institucional e à violência promovida por agentes da GCM contra a população negra e indígena.
- Assegurar os direitos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e prática de atos infracionais, por meio do desenvolvimento de ações

educacionais, de lazer, cultura e esporte que respondam ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Garantir uma equipe técnica adequada e elaborar projetos políticos pedagógicos para qualificar as medidas socioeducativas em meio aberto, envolvendo os adolescentes, os familiares e as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.
 - Elaborar um programa municipal para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo na cidade.
 - Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para implementar um programa que garanta a gratuidade nos serviços de transporte público para as mães de adolescentes em cumprimento de medida de internação nas unidades socioeducativas da cidade e a familiares de presos em unidades localizadas na cidade.
-

12. Assistência Social

A construção da assistência social como política pública é um compromisso constitucional, por isso nosso Programa de Governo trata a assistência social como política de Estado. Isto significa caracterizá-la como pertencente à ordem social, portanto, alicerçadora de condições de defesa dos direitos próprios à defesa da dignidade humana. Tal representa uma posição contrária àqueles que caracterizam a assistência social como uma área subordinada à ordem econômica, substituta do trabalho.

Ações políticas-institucionais fragmentadas e tuteladoras, sob a nomenclatura de assistência social, geram grande confusão no senso comum entre práticas assistencialistas e a proposição da política pública de assistência social, que devem coincidir com as referências a uma política de direitos de cidadania. Buscaremos como meta fazer da política de assistência social da Prefeitura do Município de São Paulo um direito, sem o uso politiquero, paternalista e clientelista, visando uma conscientização política da importância da assistência social para o conjunto da sociedade.

E não é só, devemos assegurar o direito ao controle social e defesa dos direitos sócio-assistenciais: direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva, sobre as ofertas da rede sócio-assistencial, seu modo de gestão e financiamento e

sobre os direitos sócio-assistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

- Aprimoramento da Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social:
 1. Considerar as diferenças regionais na implementação da Política Pública da Assistência Social;
 2. Garantir a primazia do Estado na condução da Política Pública prioritariamente com a execução direta dos serviços previstos;
 3. Investir na formação permanente dos profissionais diretos e indiretos;
 4. Buscar a criação de uma política municipal intersetorial de atendimento aos imigrantes.

- Gestão da Rede de Proteção Social:
 1. Investir nas unidades estatais visando ampliação de recursos humanos, físicos e materiais, superando a precarização do trabalho e do trabalhador;
 2. Implantar serviços na modalidade volante de CRAS para atendimento em favelas e ocupações;
 3. Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais com a Saúde, Educação e Habitação;
 4. Incentivar e fortalecer os fóruns setoriais de usuários, trabalhadores, entidades sociais e novos mecanismos de participação direta;
 5. Buscar esforços para garantir a existência de equipes multidisciplinares que atuem na perspectiva da transversalidade de gênero, raça e orientação sexual.

- Crianças e adolescentes:
 1. Envidar esforços junto ao governo federal para fortalecer o Programa de Enfrentamento a Situação de Trabalho Infantil - PETI, identificando territórios com maior vulnerabilidade social, falta de serviços públicos e necessidade de maior investimento para erradicação desta modalidade de violência;
 2. Fortalecer os Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, programar novas modalidades e priorizar de forma especializada o atendimento a população infantil em situação de rua;
 3. Investir e qualificar os serviços da Proteção Social Básica;
 4. Promover o trabalho social por meio de rede intersetorial como forma de enfrentar a gravidade das questões sociais.

- População Idosa:
 1. Criar políticas públicas para as pessoas idosas vivendo sozinhas com limitação física, emocional com ruptura de vínculos familiares e comunitários;
 2. Criar serviços para esta população repensando os critérios de elegibilidade para os serviços já existentes;
 3. Desenvolver propostas efetivas para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, criando serviços e alternativas de atendimento social, psicológico e jurídico.

- População em Situação de Rua:
 1. Buscar adequar os Centros de Acolhida para pessoas em situação de rua conforme deliberações nacionais, favorecendo o trabalho de convivência, restabelecimento de vínculo familiar e comunitário e a busca de alternativas para projeto de vida;
 2. Rever a Política Municipal de Assistência Social referente à população de rua, descentralizando os serviços da Proteção Social Especial priorizando as áreas do centro expandido;
 3. Desenvolver trabalho intersetorial articulando a Assistência Social com a Cultura, Saúde, Educação e o Esporte;
 4. Adaptar o funcionamento e estrutura dos Centros de Acolhida para incorporar casais, pessoas com animais e carroceiros, debatendo com os usuários inclusive regras de convivência e horários.

- População LGBT:
 1. Buscar criar unidades de acolhimento institucional conforme tipificação socioassistencial do SUAS, como casas de passagem e repúblicas, para pessoas LGBT expulsas(os) de casa, e Instituições de Longa Permanência para idosos LGBT, com foco nas periferias;
 2. Ampliar serviços de proteção social básica, especialmente serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para LGBT, nas áreas de maior vulnerabilidade;
 3. Promover atividades específicas nos serviços de convivência, voltadas para a sensibilização e atenção à diversidade sexual, étnica e religiosa;
 4. Buscar oferecer cursos com bolsas para LGBT em situação de rua, preferencialmente nas próprias unidades de acolhimento institucional;
 5. Estudar a possibilidade de propor critérios de prioridade para vulnerabilidades sociais específicas da população LGBT nos programas de transferência de renda.

6. Qualificar os profissionais sobre normativas, metodologias e especificidades dos usuários LGBT ressignificando o trabalho social com essas famílias;
 7. Elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial para implementar políticas públicas regionais com recorte de orientação sexual e identidade de gênero através de equipes específicas de vigilância socioassistencial;
 8. Buscar promover políticas intersetoriais, com interface com a política de assistência social, como cultura, esporte, educação, trabalho, segurança e saúde, e mais articulação dessas políticas com a rede conveniada dos territórios, para pactuação\formalização, para qualificar o atendimento das demandas, priorizando a ampliação das parcerias do primeiro emprego com instituições qualificadoras, para acessibilidade e inclusão de LGBT com a formalização de protocolo de intenções pelos gestores de todas as políticas públicas envolvidas.
 9. Propor o registro de dados referentes à população LGBT em todas as situações de vulnerabilidade (trabalho infantil, evasão escolar, violência física, abandono, negligência, atendimento nas unidades públicas entre outros e promover a publicização dos resultados.
- Controle Social:
 1. Implementar a Lei Municipal do Sistema Único de Assistência Social com a participação da sociedade civil, dos conselhos de direitos, fóruns setoriais (usuários, trabalhadores e entidades sociais) por meio de audiências públicas;
 2. Promover a integração dos Conselhos de Direitos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente, Saúde, de Políticas sobre Drogas e Álcool, Juventude, de Atenção à Diversidade Sexual, da Pessoa com Deficiência, Participativo Municipal, Transporte e Trânsito), do Comitê Intersectorial da Política Municipal de População em Situação de Rua, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Participativos de cada subprefeitura para aprimoramento da intersectorialidade das políticas no atendimento dos usuários e suas respectivas famílias.
-

13. Trabalho ambulante

No quadro atual de aumento do desemprego, avanço das políticas de ajuste fiscal, precarização das políticas sociais e retirada de direitos básicos, um número crescente de

trabalhadores e trabalhadoras têm aderido a ocupações informais como forma de garantir a própria sobrevivência e o sustento de suas famílias.

Hoje, em São Paulo, são mais de 148 mil trabalhadores e trabalhadoras ambulantes atuando de forma irregular – por omissão do poder público – e por isso expostos a corrupção e violência de agentes do Estado. Esses trabalhadores estão apartados do sistema de seguridade social e enfrentam enormes dificuldades no seu dia-a-dia para terem acesso a direitos básicos, como fazer uso de instalações sanitárias. Assim, é preciso definir e implementar políticas públicas que respeitem a dignidade humana e que ampliem os direitos sociais dos trabalhadores ambulantes.

Propostas:

- Concessão (novas) de Termos de Permissão de Uso (TPUs) a trabalhadores ambulantes, para postos fixos e móveis, condicionada a inscrição no regime de Micro Empreendedor Individual (MEI), que lhes garantirá a aposentadoria e outros direitos da seguridade social, e ao cadastramento no Centro de Apoio ao Trabalhador, com vistas a propiciar o acesso a vagas de emprego formal.
- Na concessão de TPUs em postos fixos, será priorizada a inclusão de grupos mais vulneráveis, como mulheres, idosos e LGBTs.
- Expansão de feiras públicas permanentes e temáticas em locais de grande circulação e visibilidade, tais como feiras voltadas para grupos de migrantes, feira mensal da comunidade LGBT, feiras culturais etc., estimulando a realização de eventos similares nas subprefeituras.
- Redução da burocracia para a obtenção de permissão de comercializar em grandes eventos.
- Criação de Pontos de Apoio ao Trabalhador Ambulante. Neles, serão dispostos banheiros públicos, cozinha coletiva e depósito para mercadorias e materiais de trabalho.
- Criação do Cadastro Municipal de Ambulantes, que municiará a Prefeitura com informações e demandas deste público, a fim de aperfeiçoar as políticas públicas.
- Oferta de cursos de capacitação profissional.
- Criação de rede de economia solidária entre trabalhadores ambulantes, mediante convênio com as Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de Economia Solidária.
- Capacitação da Guarda Civil Metropolitana e fiscais para a fiscalização do comércio ambulante.

- Criação de critérios para demarcação de pontos fixos que considerem a demanda local e que priorize regiões de grande fluxo de pedestres.
-

14. Política de Valorização do Funcionalismo Público Municipal

A valorização do funcionalismo público municipal significa buscar novas formas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir a missão institucional da Prefeitura Municipal de São Paulo, afinal objetiva-se a oferta de serviços públicos que atendam aos direitos e necessidades essenciais da população e que contribua para efetivamente instaurar a participação - sistemática, intensiva, extensiva e aprimorada da população da Cidade de São Paulo - na elaboração das políticas, tomadas de decisão e acompanhamento da execução, avaliação e revisão das mesmas, seus programas e projetos, atividades, serviços e obras.

A valorização do funcionalismo público representa eixos programáticos relativos às condições de trabalho dos servidores municipais, remuneração, estrutura das carreiras, organização administrativa interna e da prestação de serviços diretos ao cidadão. Os eixos programáticos centrais das políticas dirigidas ao funcionalismo são:

- A defesa dos direitos, salários, garantias e atribuições dos servidores públicos municipais, bem como a recuperação do servidor como valor social.
- A defesa do serviço público dos efeitos da orientação política neoliberal na gestão pública, pela qual se abre espaço para privatização dos serviços então realizados pela administração direta, passando para a responsabilidade de empresas privadas ou para a gestão de organizações chamadas Organizações Sociais - OS, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Parcerias Público Privadas - PPP e outras formas de terceirização.
- A criação de condições de trabalho, formação e remuneração que beneficiem a qualificação dos serviços.
- Propor uma legislação salarial que garanta a irredutibilidade dos salários frente à inflação, estabelecendo a reposição salarial periódica, no mínimo anualmente, medido por índice que afira com precisão a perda monetária real. A data-base será instituída.

- Estabelecer uma discussão democrática nos marcos de uma autêntica mesa de negociação entre governo e as entidades representativas do Funcionalismo Público Municipal.
- Valorização econômica dos diferentes níveis, diminuindo a distância entre o menor e o maior salário, respeitado o teto constitucional.
- Estabelecimento de situações isonômicas de tratamento, observando-se, efetivamente, o princípio de salários iguais para trabalhos iguais.
- Elaboração de estudo que apresente um diagnóstico transparente, objetivo, técnico e imparcial sobre o funcionalismo da Prefeitura do Município de São Paulo, de modo conclusivo, indicando onde há necessidade de reposição dos quadros funcionais, criação de novas carreiras, aproveitamento funcional, ociosidade, abertura de concursos para preenchimento de cargos vagos, para servidores dos níveis básico, médio e superior da Administração e da Saúde e criação de novas vagas, inclusive com a chamada dos aprovados em concursos e abertura de novos concursos.
- Debate com os servidores sobre atribuições e preenchimento de tabelas de lotação, de modo a buscar o fortalecimento qualificado da gestão, a ampliação da abrangência das coberturas das políticas públicas e sua melhor execução, com transparência e participação popular.
- Fortalecimento da Previdência Municipal.
- Auditoria no IPREM (Instituto de Previdência Municipal) para adoção de política de fortalecimento do órgão.
- Auditoria dos contratos com as Organizações Sociais para averiguar a relação entre os dispêndios orçamentários relativos e a alocação de recursos pela prestadora de serviços, bem como o cumprimento dos contratos, entre outros aspectos.
- Buscar estabelecer na estrutura administrativa, conceito e sistemática diferencial entre os cargos de “confiança política” e de confiança técnica, que devem ser preenchidos levando-se em consideração critérios de capacidade e posição na carreira, buscando-se o máximo de justiça e impessoalidade. Também, há que reconstituir os vínculos perdidos entre os cargos de chefia e direção técnica com respectivas carreiras.
- A gestão, comprometida com um programa democrático popular, propará como política pública permanente um sistema de “formação para o exercício da cidadania” dirigida aos servidores públicos e aos cidadãos.
- Garantir a máxima transparência orçamentária e financeira, assegurando informação da base de remuneração dos terceirizados, provido direta ou indiretamente, pelo

orçamento municipal, incluso os vencimentos dos altos dirigentes das organizações sociais e congêneres que prestam serviço à Prefeitura Municipal de São Paulo.

- Promover formas e diretrizes gerenciais que democratizem as relações de trabalho.
 - Promover políticas de pessoal que integre, motive, fortaleça o compromisso com o serviço prestado à população e valorize o potencial de cada servidor perante os colegas, os munícipes e o trabalho.
 - Combater ao assédio moral, ainda, largamente praticado contra os servidores por detentores de cargos de comando.
 - Simplificação e transparência dos processos administrativos de modo a possibilitar o efetivo controle e participação social dos servidores e dirigentes governamentais entre si.
 - Pensar a administração científica como um recurso de assessoria e apoio a serviço das formas democráticas mais avançadas de gestão participativa, combatendo as práticas autoritárias em nome da pretensa superioridade inquestionável dos especialistas.
-

15. Meio Ambiente e Sustentabilidade

Norteadas pelo princípio do Bem Viver, que se pauta pela busca da harmonia individual, da harmonia entre a pessoa e os demais seres humanos e entre os seres humanos e os outros seres vivos, defendemos o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, a água boa e limpa, ao ar puro, a um território com mais árvores e terra, o direito dos animais a uma vida digna, a utilização de energias renováveis (solar, eólica etc.). Buscaremos garantir o acesso da população a alimentação saudável (com hortas urbanas, melhor merenda nas escolas e cinturão agroecológico na zona rural de São Paulo) e a potencialização dos espaços públicos e comunitários, como parques e jardins.

Entendemos que a preservação e a ampliação das áreas verdes na cidade de São Paulo são iniciativas importantes para equilibrar o microclima local e amenizar os efeitos do aquecimento global, reduzir a poluição atmosférica e sonora, aumentar a permeabilidade do solo e reduzir os riscos de enchentes.

Propostas Gerais

- Buscar implementar gestão e edificações sustentáveis em todos os espaços da prefeitura.
- Incentivar iniciativas de readequação dos edifícios segundo critérios de eficiência energética.
- Ampliar os fundos de financiamento para projetos que tenham por objetivo preservar e recuperar o meio ambiente e garantir transparência e controle social para o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) - utilizar os recursos em projetos de transformação da situação socioambiental da cidade, priorizando as periferias.
- Promover a descentralização da gestão ambiental do município, fortalecendo as Subprefeituras no processo de gestão ambiental, e garantindo que os CADES regionais e os Conselhos Participativos funcionem como espaços deliberativos.
- Implantar uma Política de Sustentabilidade em todos os órgãos e equipamentos do poder público municipal, priorizando fornecedores que tenham programas socioambientais consolidados, capacitando servidores, desenvolvendo programas de gestão de resíduos sólidos nos órgãos públicos e programas para redução de gastos com energia elétrica, buscando adotar fontes renováveis de energia nos próprios municipais.
- Reforçar a integração entre as vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária.
- Substituição progressiva das frotas de ônibus movidos a diesel por veículos mais sustentáveis.

Gestão de Resíduos e Saneamento Ambiental

- Implantação de gestão compartilhada entre a Secretaria de Serviços e a SVMA da limpeza urbana, no intuito de minimizar o impacto ambiental causado pela geração de dejetos, bem como seu melhor aproveitamento, seja na reutilização, reciclagem, compostagem e/ou geração de energia (aproveitamento energético do gás metano).
- Aprimorar e dar continuidade ao programa “Composta São Paulo”.
- Redesenhar o plano de coleta seletiva, tendo como meta a separação entre recicláveis e resíduos orgânicos na origem, com distribuição escalonada em toda a cidade.
- Apoiar a criação e o desenvolvimento de cooperativas de catadores, inserindo esses profissionais no sistema de coleta de resíduos do município.
- Criação de um mapa municipal de áreas contaminadas de São Paulo.

- Atuar em parceria com o estado e união visando a oferecer saneamento ambiental (coleta de esgotos, água tratada) para todos os cidadãos e cidadãs da cidade, com a regularização e implantação de métodos alternativos e ecológicos de saneamento.

Parques Municipais

- Preservação e ampliação dos parques municipais visando a criação de corredores ecológicos, por zonas, para interligar os resquícios de áreas verdes ainda presentes na cidade.
- Desenvolver o PMMA - Plano Municipal da Mata Atlântica (ampliar, aprimorar, uma vez que está prevista a construção do Plano de Ação esse ano).
- Criação e consolidação de novos parques municipais e das Áreas de Preservação Permanentes - APPs.

Educação Ambiental e em Sustentabilidade

- Regulamentar e implementar a PMEA (Política Municipal de Educação Ambiental), em parceria com a Secretária de Educação, garantindo a participação da sociedade civil ao longo do processo.
- Promover, de forma dialógica e participativa, com o auxílio da Secretaria de Educação, atividades voltadas para Educação Ambiental na rede municipal.
- Promover atividades de Educação Ambiental nos Parques Municipais.
- Cumprimento do Plano de Inserção gradativa de alimentos orgânicos na alimentação escolar previsto pela Lei 16.140/2015 e Decreto 56.913/2016. Priorizar os alimentos provenientes da agricultura familiar, assentados e pequenos produtores.

Gestão da Água

- Preservação, proteção, recuperação e, quando possível, renaturalização de matas ciliares, nascentes e corpos d'água da cidade.
- Criação de um programa municipal de requalificação de nascentes, córregos e rios.
- Estabelecer metas crescentes de Reuso Planejado de água (Convênio PMSP - Sabesp).
- Criar e implantar programa para captação, armazenamento, tratamento e utilização água das chuvas, com vistas a aumento da segurança hídrica.
- Estabelecer Termo de Ajustamento de Conduta entre Sabesp, MP e PMSP para eliminar os despejos de esgotos in natura, de modo a cumprir o art. 208 da Constituição do Estado SP.

- Participação efetiva da Prefeitura de São Paulo nos Comitês de Bacia Hidrográfica que englobam a cidade de São Paulo.

Bem-Estar Animal

- A cidade de São Paulo comporta um número muito grande de animais de rua (cães e gatos, principalmente), vivendo em situação precária e sujeitos aos maus tratos - o que constitui crime previsto na Lei de Crimes Ambientais. Enfrentaremos essa situação com ação articulada do poder municipal, envolvendo as Secretarias de Saúde, do Verde e Meio Ambiente, Educação e, quando necessário, Habitação (visando a garantir que as famílias possam manter seus animais de estimação nas moradias populares), as subprefeituras e outros setores da prefeitura, numa ação integrada em defesa dos direitos dos animais.
-